

## Editorial do Dossiê “Desenvolvimento e Tecnologias Sociais”

As especificidades do modo de produção capitalista e as externalidades do processo de globalização conduziram muitas populações à situação de vulnerabilidade socioeconômica. O cenário de miséria e desigualdades sociais é percebido nas diferentes regiões do planeta, especialmente nos países do sul global.

Destarte, os Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) anunciaram 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas componentes da agenda universal rumo ao desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 dá continuidade aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, compromissada com a promoção de planos de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade (UNDP, 2018).

Ressalta-se que mais de 66% dos ODS vinculam-se à erradicação da fome e à transformação da realidade de privações do espaço rural (UNDP, 2018). Nesse sentido, os países que conseguirem cumpri-los, tornar-se-ão a primeira geração a erradicar a pobreza extrema, cujos efeitos consistem em formar as bases para o cumprimento de um desenvolvimento inclusivo e sustentável, ao assegurar os direitos humanos e a vida das gerações futuras.

Em consonância com os acordos internacionais firmados pelos 193 países da ONU para promoção do desenvolvimento humano, preservação do meio-ambiente, empoderamento das minorias – dentre tantas outras ações (UNDP, 2018) – o Brasil também realizou ensaios em prol da ampliação da qualidade de vida e do bem-estar social. Sobretudo, o enfrentamento aos graves problemas estruturais provocados pelas iniquidades socioeconômicas perpassa a realização de políticas públicas efetivas.

Em suma, as políticas públicas apresentam duplo potencial de interferência no conjunto societário:

i) os seus investimentos atendem a demandas universais e, por conseguinte, às necessidades básicas de parcela significativa da população que é vítima de variadas formas de exclusão social;

ii) contemplam ações prioritárias ou específicas, seja de grupos, classes ou indivíduos, com o intuito de atender situações particulares de marginalização ou privação (ZAMBAM; KUJAWA, 2017, p. 70). Logo, têm como propósito serem medidas de urgência para enfrentar situações de insegurança e fragilização da população, assim como, a longo prazo, viabilizar o progresso do desenvolvimento social, econômico e ambiental.

Cabe ressaltar que o Brasil é um “país desigual, exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania” (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000, p. 123). A despeito das conquistas realizadas durante os anos 2000, nos anos mais recentes, dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística demonstram que a desigualdade aumentou no país. Em 2018, 10% da população detinha 40% da renda gerada no território nacional (IBGE, 2019).

Conforme argumentam Fernandes, Campolina e Silveira (2019), as disparidades de oportunidades, de renda e patrimônio são marcas brasileiras. Desta forma, o esforço pela *desnaturalização da desigualdade* (CAMPELLO et al., 2018) deve perpassar a conscientização das injustiças, que acometem populações negras, femininas, rurais, entre outros grupos sociais.

Atentas a estas questões e comprometidas com ações de transformações sociais, um grupo de pesquisadoras criou o grupo *Desenvolvimento, Inovação Social, Governança e Sustentabilidade* (DISGOS). O grupo é vinculado ao Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFSM e vem promovendo ações de ensino, pesquisa e extensão, a fim de colaborar com as transformações necessárias para o combate à pobreza e às vulnerabilidades sociais. Para tal, os estudos e pesquisas do grupo estão organizados a partir dos seguintes eixos temáticos: i) Aspectos conceituais da sustentabilidade, do desenvolvimento, pobreza e da inequidade social; ii) Governança institucional, bem-estar social e desenvolvimento; iii) Tecnologia social, inovação social, desenvolvimento das organizações sociais e economia solidária; iv) Práticas de gestão ambiental e sustentabilidade do setor agroalimentar; v) Políticas públicas para a agricultura familiar, rural e urbana; vi) Políticas de desenvolvimento local sustentável e de combate à pobreza.

Em meados de 2018, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), juntamente com os Ministérios do Desenvolvimento Social e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, tornaram pública a Chamada CNPq/MCTIC/MDS n.º. 36/2018 – *Tecnologia Social*, que visava apoiar projetos para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do Brasil por meio da Avaliação, Aperfeiçoamento, Reaplicação e Desenvolvimento de Tecnologias Sociais. A iniciativa interinstitucional foi promovida em conformidade aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas, à Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) e ao Plano Progridir, em esforços ao atendimento das metas da Agenda 2030.

O projeto intitulado “*Inovação e tecnologias sociais: transformação e criatividade nas experiências populares de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul*” é resultado dos esforços do grupo DISGOS. O projeto foi submetido (e aprovado) à chamada pública do CNPq e, desde então, passou a integrar o rol de projetos nacionais vinculados ao Programa Especial de Difusão e Popularização da Ciência e Tecnologia do CNPq. Suas atividades estão inseridas no âmbito de ações de pesquisa, ensino e extensão do Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento, bem como do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria.

Dentre as pautas temáticas debatidas por pesquisadores de Universidades e Institutos Federais parceiros ao DISGOS, estão as correlatas ao *Desenvolvimento Humano*, ao *Desenvolvimento Rural* e à avaliação de *Políticas Públicas*. Os problemas vinculados à fome, desperdício de alimentos, desnutrição e insegurança alimentar são encarados como desafios da sustentabilidade, que tem como pré-condição o desenvolvimento de sistemas alimentares autosustentáveis.

Considera-se que os alimentos saudáveis e nutritivos precisam de oferta abundante e suficiente para atender às necessidades humanas e à totalidade dos mercados já criados. Além disso, a acessibilidade ampliada a esses alimentos está diretamente vinculada ao crescimento da oferta, pois isso garantirá a queda nos preços, que se constitui numa prática única de melhoria distributiva alimentar em países com baixa renda, como o Brasil.

Outra dimensão substantiva e vinculada à sustentabilidade do setor agroalimentar está na sua capacidade estratégica de proteção ambiental. Produzir alimentos saudáveis representa um contra movimento ao processo produtivo alimentar, globalizado e dominante, com complexas implicações sobre a sustentabilidade ambiental.

As trajetórias tecnológicas de produção de alimentos necessitam transformações profundas, de modo que a ampliação deve se dar, especialmente, no âmbito da produção orgânica e agroecológica. Todavia, essas alterações não acontecem per se na sociedade, mas necessitam de políticas públicas para apoio à agricultura familiar, fomento aos mercados institucionais, combate à concentração fundiária, entre outros.

Assim sendo, o dossiê “Desenvolvimento e Tecnologias Sociais”, organizado para a Revista Economia e Desenvolvimento, é parte dos resultados da pesquisa do referido projeto. O dossiê enfatiza as diferentes dimensões do desenvolvimento, ao conduzir o debate sobre sustentabilidade, cultura, sociedade, economia e alimentos, em prol do bem-estar social. Espera-se contribuir com a reflexão sobre os limites e potencialidades ao desenvolvimento humano a partir da comunicação de estudos com abordagens críticas e plurais acerca da realidade das diferentes regiões do país.

Santa Maria, 19 de dezembro de 2019.

**Sibele Vasconcelos de Oliveira**

**Rita Inês Paetzhold Pauli**

**Ednalva Felix das Neves**

## Referências

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 123-142, 2000.

CAMPELLO, T.; GENTILI, P.; RODRIGUES, M.; HOEWELL, G. R. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. spe3, p. 54-66, 2018.

FERNANDES R. C.; CAMPOLINA, B.; SILVEIRA F. G. **Imposto de Renda e Distribuição de Renda no Brasil**. Brasília: IPEA, 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro : IBGE, 2019.

UNDP, United Nations Development Programme. **Millennium Development Goals**, 2018. Disponível em: [http://www.undp.org/content/undp/en/home/sdgoverview/mdg\\_goals.html](http://www.undp.org/content/undp/en/home/sdgoverview/mdg_goals.html)

Acesso em: em: 06 dez. 2019.

ZAMBAM, N. J.; KUJAWA, H. A. As políticas públicas em Amartya Sen: condição de agente e liberdade social. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 13, n. 1, p. 60-85, 2017.